

Formação de professores indígenas e do campo: desenvolvimento da pedagogia da alternância em território indígena

Training indigenous and rural teachers: development of alternance pedagogy in indigenous territory

Formación de profesores indígenas y del campo: desarrollo de la pedagogía de la alternancia en territorio indígena

Jorge Luis D'Ávila¹

<https://orcid.org/0000-0003-1798-4870>

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Cidade, Mato Grosso do Sul – Brasil. E-mail: davilajorgeluis35@gmail.com.

Resumo

O artigo pretende compreender de que maneira o tempo comunidade, sistema educativo adotado na Aldeia Indígena Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti, no estado de Mato Grosso do Sul, contribui para o processo de formação de professores do campo no curso de Licenciatura de Educação do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. As argumentações estão fundamentadas no método do materialismo histórico-dialético, o qual possibilita compreender de forma concreta e real a necessidade de desenvolver ações via pedagogia da alternância. Realizamos uma visita de campo na qual se reuniram acadêmicos e professores para ouvir dos anciões, lideranças e alunos da escola relatos a respeito da resistência que essa comunidade exerce sobre o Estado. Aproximar-se e apropriar-se da realidade e do patrimônio cultural indígena se configura como um processo pedagógico comprometido com a construção de uma sociedade em que o ser humano e suas necessidades devem ser o foco da Educação do Campo. O estudo possibilitou a compreensão dos acadêmicos acerca da necessidade de ações que inter-relacionam a escola, os alunos e a comunidade.

Palavras Chaves: Formação de professores. Educação do campo. Pedagogia da alternância.

Abstract

The paper aims to understand how community time, an educational system employed in the Buriti Indigenous Village in the municipality of Dois Irmãos do Buriti in Mato Grosso do Sul, Brazil, contributes to the training of rural teachers, in the Rural Education Degree course at the Federal University of Mato Grosso do Sul. The arguments are based on the historical-dialectical materialism method, which makes it possible to understand in factually the need to develop actions via pedagogy of alternation. We carried out a field visit where academics and teachers gathered to hear from the school's elders, leaders, and students reports about the resistance that the community exerts over the State. Approaching and appropriating the reality and indigenous cultural heritage is understood as a pedagogical process committed to the construction of a society in which human beings and their needs must be the focus of rural education. The study made it possible for academics to understand the need for actions that interrelate the school, students, and the community.

Keywords: Teacher training. Rural education. Pedagogy of alternation.



Resumen

El artículo tiene como objetivo comprender cómo el tiempo comunitario, desarrollado en la Aldea Indígena Buriti del municipio de Dois Irmãos do Buriti, en el estado de Mato Grosso do Sul, contribuye a la formación de profesores rurales, desarrollado en la Licenciatura en Educación Rural de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Los argumentos se basan en el método del Materialismo Histórico-Dialéctico. El método permite comprender de manera concreta y real la necesidad de desarrollar acciones vía la pedagogía de la alternancia. Realizamos una visita de campo donde académicos y docentes se reunieron para escuchar los relatos de ancianos, líderes y estudiantes del colegio sobre las resistencias que esta comunidad ejerce sobre el Estado. El acercamiento y apropiación de la realidad y el patrimonio cultural indígena se configuran como un proceso pedagógico comprometido con la construcción de una sociedad en la que el ser humano y sus necesidades deben ser el centro de la educación rural. El estudio permitió que los académicos comprendieran la necesidad de acciones que interrelacionen la escuela, los estudiantes y la comunidad.

Palabras clave: Formación docente. Educación rural. Pedagogía de la alternancia.

1 Introdução

O artigo tem como objetivo compreender como as experiências do tempo comunidade, especificamente a dinâmica denominada visita de campo realizada no território da Aldeia Indígena Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti, no estado de Mato Grosso do Sul (MS), contribuiu para o processo de formação inicial de professores do campo desenvolvido no curso de Licenciatura de Educação do Campo (LEDUCAMPO) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Essa compreensão sinaliza o impacto que essas experiências podem exercer nos territórios indígenas e nas escolas do campo, com vistas à construção de uma educação vinculada ao pensamento coletivo, na busca da superação da sociedade de modo de produção capitalista, que submete o homem e a natureza à desenfreada busca pelo acúmulo do capital, transformando em mercadoria descartável tudo que pode resultar em lucros extraordinários.

As argumentações dessas atividades estão fundamentadas no método do materialismo histórico-dialético, o qual possibilita compreender de forma concreta e real a necessidade de desenvolver ações via a pedagogia da alternância para a formação de professores do campo.

Ao afirmar o materialismo como método de investigação da realidade social e do processo histórico, Marx não só propõe uma nova maneira de abordagem filosófica, mas também um novo procedimento para as Ciências Sociais. O Materialismo Histórico é resultado deste percurso do pensamento e da práxis de Marx (Mafra; Camacho, 2017, p. 124).

O referido método possibilita assinalar o processo histórico da produção da vida material dos povos indígenas na perspectiva de compreender a opressão do capital sobre as classes dominadas e oprimidas.

As análises são realizadas por meio do processo de compreensão radical da natureza histórica do homem, de forma que ser radical “[...] é agarrar as coisas pela raiz, e raiz para o homem é o próprio homem” (Marx, 1993, p. 151). Tal raciocínio nos possibilita compreender a natureza do modo de produção vigente e sua relação com a dinâmica do Estado contemporâneo, responsável pela organização do ensino público no país.

Ressaltamos que a transformação da consciência, para pensar em possibilidades educacionais a serviço da classe trabalhadora, estabelece relação com a categoria práxis, essencial para que o futuro docente do campo e indígena reflita sobre as contradições existente no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, no modelo de ensino brasileiro. De acordo com Frigotto (1991), a categoria práxis é, por excelência, a dinâmica da ação política, fundamental para o desenvolvimento da formação docente.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico. Para sistematizar o instrumento da alternância denominado visita de campo na referida aldeia, onde se reuniram acadêmicos e professores da LEDUCAMPO para ouvir os anciões, lideranças e alunos da escola, coletamos relatos a respeito da resistência que essa comunidade exerce sobre o Estado e o capital, a fim de garantir sua manutenção como povo originário. Por uma questão ética, não citaremos os nomes dos envolvidos nessa ação, visando garantir sua integridade.

A LEDUCAMPO foi instituída no ano de 2013 após a chamada do Ministério da Educação (MEC), por meio do Edital nº 2, de 31 de agosto de 2012, em cumprimento à Resolução CNE/CEB nº 1 de 3/4/2002 e ao Decreto nº 7352 de 04/11/2010. Tem como meta formar professores para o exercício do magistério em três áreas do conhecimento: linguagem e códigos, ciências da natureza e matemática. Cabe considerar que, após a reorganização do Projeto Político-Pedagógico em 2019, o curso, seguindo a exigência da Reitoria, deixou de oferecer a formação em ciências da natureza.

A justificativa para a criação do curso se deve ao fato de que MS enfrenta problemas em relação à ausência ou à inadequação nas formações de professores especialistas em Educação do Campo. Grande parte dos professores que atuam nas escolas do campo residem na cidade e, assim, não reconhecem a necessidade de educação diferenciada para a população

do campo; ou seja, uma educação “[...] que respeite as especificidades culturais e históricas como direito social de formação integral que considere o seu modo de viver e produzir” (UFRB, 2013, p. 4).

A LEDUCAMPO está organizada na pedagogia da alternância, sistema educativo que consiste na articulação entre o tempo universidade (TU), em que os alunos permanecem um período de aula na universidade, e o tempo comunidade (TC), o qual ocorre no momento em que os acadêmicos retornam às suas propriedades familiares, às comunidades, aos territórios indígenas ou aos assentamentos para aprimorar os conhecimentos científicos, visando ao fortalecimento do trabalho pedagógico nas escolas do campo e seu entorno.

Essa licenciatura faz um contraponto ideológico com as políticas educacionais elaboradas pelo estado de MS, por meio das quais se consolida um modelo de desenvolvimento econômico estruturado na pecuária extensiva e na monocultura, principalmente soja, milho e cana-de-açúcar, com vistas à exportação, em detrimento à produção de alimentos básicos para consumo interno, desenvolvido principalmente pela agricultura familiar. Essa característica é uma herança da política de créditos agrícolas e dos incentivos fiscais aos grandes latifundiários herdada dos governos militares.

Nesse sentido, faz-se importante destacar que a licenciatura em questão procura romper com a ideologia burguesa, contrária ao movimento da Educação do Campo, que tem como característica a oposição aos fundamentos da subordinação do homem camponês às relações de exploração.

Vale ressaltar que a burguesia atua politicamente para o enfraquecimento da mobilização organizada pelos movimentos sociais ligados à terra, os quais têm como pauta principal a reforma agrária articulada com o direito à educação, possibilitando que os trabalhadores rurais ocupem o cenário educacional e a escola desenvolva um currículo que valorize o homem do campo e que interrogue “[...] a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor” (Molina; Freitas, 2011, p. 20).

Os fundamentos teóricos e metodológicos dessa licenciatura estão aliados aos interesses históricos da classe trabalhadora pela busca da condução da sociedade com a perspectiva de construir uma hegemonia popular, sendo o TC uma das possibilidades teórico-práticas a serviço da transformação social, em que os trabalhadores possam ter acesso aos resultados do seu trabalho.

Os futuros professores do campo são levados a compreender que os interesses de classe são distintos e antagônicos. Isso nos possibilita salientar que a sociedade capitalista não oportuniza ao indivíduo a busca por objetivos comuns, e que a ascensão social não depende unicamente do esforço e do mérito de cada ser humano isoladamente. A ideologia capitalista é difundida pela elite com o objetivo de mascarar a realidade social e a existência do conflito entre as classes sociais na busca de afirmar os interesses de cada classe.

De acordo com Coletivo de Autores (1992), do acirramento do conflito entre as classes emerge uma crise e, conseqüentemente, surge uma nova pedagogia que constrói teoria, métodos e discursos sobre a prática social e a participação política dos homens na sociedade; sendo assim, é por esse caminho que o indivíduo se torna educado. A pedagogia é entendida na LEDUCAMPO como “[...] a reflexão e teoria da educação capaz de dar conta da complexidade, globalidade, conflitividade e especificidade de determinada prática social que é a educação” (Coletivo de Autores, 1992, p. 27).

Ainda segundo o Coletivo de Autores:

Uma pedagogia entra em crise quando suas explicações sobre a prática social já não mais convencem aos sujeitos das diferentes classes e não correspondem aos seus interesses. Nessa crise, outras explicações pedagógicas vão sendo elaboradas para lograr o consenso (convencimento) dos sujeitos, configurando as pedagogias emergentes, aquelas em processo de desenvolvimento, cuja reflexão vincula-se à construção ou manutenção de uma hegemonia (Coletivo de Autores, 1992, p. 25).

Para a implantação e a manutenção de uma formação de professores do campo pautada no processo de humanização do homem e na superação das práticas escolares burguesas, que têm como meta uma formação urbana e a adoção de seus currículos – que desqualificam os povos indígenas e as escolas do campo por entenderem que os camponeses/indígenas não são capazes de produzir sua própria cultura – os acadêmicos desenvolvem práticas pedagógicas no TC para compreenderem e possivelmente romperem com este processo anacrônico.

Tal prática tem como objetivo esclarecer ao docente em formação que, na perspectiva da classe dominante, a educação tem como único propósito formar o indivíduo técnica, social e ideologicamente para o mercado de trabalho, subordinando-o e desqualificando-o do processo histórico. Dessa forma, a função social da educação visa atender às exigências do modo de produção capitalista, que tem como característica a individualidade, que transforma em mercadoria o trabalho e os recursos naturais, visando à obtenção de lucro.

Salientamos que, por meio da escola pública, a classe que vive da sua força de trabalho pode ter acesso ao conhecimento sistematizado e acumulado historicamente pela humanidade, fato que amplia as consciências dos indivíduos e pode levar a sociedade a outro patamar de entendimento de coletividade.

Assim, o TC possibilita que o acadêmico indígena do curso de Educação do Campo desenvolva sua prática pedagógica compreendendo as múltiplas relações que existem na aldeia e na escola, analisando-as de maneira crítica e, na medida do possível, interferindo no processo educacional da comunidade e dos alunos, por meio de ações que propiciem compreender que a Educação do Campo é um movimento que busca romper com a lógica de que o campo é um “[...] lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente” (Caldart, 2009, p. 71).

2 Organização pedagógica do TC na Aldeia Buriti

Pretendemos com esse tópico apresentar as experiências pedagógicas do TC, em especial as visitas dos acadêmicos e professores da LEDUCAMPO realizadas no período letivo do ano de 2024 na Aldeia Buriti, onde moram duas acadêmicas indígenas.

A dinâmica de organização do tempo-espço formativo TC deve partir do princípio de que este se constitui como um processo articulador da formação científica com a formação política, essencial para o fortalecimento do coletivo indígena frente às interferências desumanas e históricas as quais o capital proporciona a essa comunidade.

Trata-se de um processo dialético de conhecimento da realidade de forma que a crítica e os temas abordados possam alterar e transformar a realidade por meio do plano do conhecimento e do plano histórico social (Frigotto, 1991). Os fatos sociais devem ser analisados levando em consideração a totalidade conceitual aproximando-se do real, pois, segundo Marx e Engels (1998), a produção de ideias e a representação da consciência estão diretamente relacionados à atividade material e com o intercâmbio material, pois “[...] os homens são produtores de suas representações, de suas ideias” (Marx; Engels, 1998, p. 36).

Dessa forma, a vida real dos futuros docentes do campo deve ser pautada no constante embate com o agronegócio, com o latifúndio, com a disputa por terra e toda a violência que isso resulta aos povos indígenas, bem como nas discussões que apontem as condições de

trabalho e permanência no seu território e na luta pela ampliação e pela manutenção das escolas do campo e indígenas.

Nesse sentido, faz-se imprescindível ressaltar que

[...] a educação acontece em todos os momentos e ações, desde a participação das crianças, das mulheres, dos jovens e dos idosos, construindo novas relações e consciências, até a participação nas marchas, assembleias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações (MST, 2002, n.p.).

Percebemos com isso que o ato educacional vai além de aprender e ensinar os conteúdos formais, já que os futuros educadores do campo devem incentivar a leitura e a escrita da realidade da vida, mobilizando toda a comunidade para contrapor-se ao modelo educacional organizado pelo Estado, que tem como objetivo a conformidade e a integração do mundo baseado no mercado.

Assim, foi organizado na Aldeia Buriti, da etnia Terena, um encontro com as lideranças, os anciões, os professores e os alunos da escola e a comunidade acadêmica, para compreender quais fatos reais interferem na manutenção da vida e da cultura dessa etnia e como esses fatos devem ser interpretados pelos acadêmicos no momento que estiverem no processo de execução de sua dinâmica escolar.

A sobrevivência no território indígena está ameaçada pela instrumentalização do projeto neoliberal de campo, tais como o agronegócio, a mineração, a extração de madeira e os grandes empreendimentos, que reproduzem as formas de acumulação do capital, fazendo das terras indígenas alvo constante de desterritorialização, reproduzindo um padrão de poder colonial.

A dinâmica pedagógica planejada para expor as condições de vida da Aldeia Buriti foi a técnica de exposição oral das lideranças, anciões e de um sobrevivente do conflito com a polícia do estado de MS no ano de 2013, conhecida como a Retomada 10 de Maio.

Os anciões salientaram que o povo Terena da Aldeia Buriti está confinado em uma área de 2.090 hectares, quantidade insuficiente para a manutenção de aproximadamente 248 famílias, porém a área real, segundo a Fundação Nacional Indígena (Funai), é de 17.200 hectares. Existem, portanto, 15.110 hectares em intensas disputas entre Terenas e fazendeiros da região.

A prática de retomada de terra é fundamental para a autodefesa das ações etnocidas perpetradas contra os povos indígenas. É uma maneira de defesa contra os ataques violentos e racistas dos pretensos proprietários de terra da região e contra a morosidade do Estado em garantir os direitos dos povos indígenas.

As retomadas de terra possibilitam a reformulação das relações ancestrais com a terra, configurando-se no “[...] exercício do poder de decisão local sobre o uso dos recursos naturais, políticos, fiscais e culturais em um determinado território ou região” (Bartolomé, 1995, p. 42). Retomar tem o objetivo de romper com as amarras que sufocam a aldeia e expulsam o povo de seu território originário.

O cacique argumenta que a luta é desigual, pois os ruralistas do estado de MS, além de recursos financeiros, também mobilizam forças políticas, por meio da chamada bancada congressista ruralista, que defende os interesses do agronegócio.

Segundo Amado:

Em 2013, ano no qual foram realizadas diversas retomadas de terra no estado, foi convocado pelos ruralistas o Leilão da Resistência, organizado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), com o apoio da bancada ruralista do Congresso Nacional e do próprio governador do estado, Reinaldo Azambuja (PSDB). Tido como grande ato político em defesa dos agricultores da região, tinha como fim maior a arrecadação de fundos para a formação de uma grande milícia armada para fazer a segurança de propriedades rurais e promover ataques a comunidades indígenas (Amado, 2019, p. 160).

O agronegócio, devido ao seu poder econômico e político, exerce influências no estado de MS para a aprovação de leis que atendam às suas demandas. A pressão sobre o Estado para omitir o direito dos povos indígenas, deixando-os sem representação política, os obrigam a planejar e executar ações independentes do Estado para ter acesso a suas terras. Dessa forma, as retomadas de terra configuram-se como uma forma encontrada pelos indígenas para chamar a atenção da sociedade para o descaso do Estado com seus povos.

As acadêmicas indígenas que residem na aldeia em questão relatam que o objetivo das retomadas não é conquistar novos territórios, mas sim usufruir dos territórios que lhes foram tomados no passado. Relatam também que o Estado até hoje não interfere nessa questão, por mais mobilizações que possam ser feitas, porém as ações isoladas dos indígenas causam reações violentas da burguesia agrária sobre eles.

Uma dessas ações ocorreu na reintegração de posse da Fazenda Buriti, no dia 30 de maio de 2013, durante um confronto entre polícias e indígenas que culminou na morte do Terena Oziel Gabriel, causada por disparos de arma de fogo. “A família e os povos Terena cobram das autoridades federais a identificação e punição ao responsável pelos disparos que o mataram” (Vilas Bôas, 2013, n.p.).

De acordo com um relato veiculado na Revista Fórum:

“A polícia chegou e foi uma verdadeira guerra. Eles chegaram atirando, descendo bala, com muito gás lacrimogêneo e violência. Não teve diálogo, eles nem conversaram”, afirma um dos caciques que está com medo de se identificar, pois foi uma das lideranças presas no dia do confronto (Vilas Bôas, 2013, n.p.).

A família do indígena morto e toda a Aldeia Buriti cobram na justiça uma indenização pelo fato ocorrido, certos de que a dor pela perda de Oziel Gabriel não será remediada, porém tal indenização pode devolver a eles o sentido da justiça.

Contudo, o magistrado Dalton Igor Kita Conrado, da 1ª Vara Federal de Campo Grande, responsável pelo julgamento do pedido de indenização, negou o pagamento, pois entendeu que a morte aconteceu durante um confronto armado e que os policiais da Polícia Federal e da Polícia Militar do estado de MS “[...] agiram no cumprimento do dever legal. A tropa de choque, formada pelas duas forças de segurança, tinha a missão de cumprir ordem de reintegração de posse, expedida em maio daquele ano”. (Zurutuza, 2023, n.p.).

Uma das lideranças Terena presente no TC relatou aos acadêmicos e professores presentes que foram 13 anos de reivindicações junto ao Estado, porém estas não avançaram e a decisão foi organizar a retomada. O cacique responsável pela aldeia na época informou que:

Essa luta nós decidimos que não vai parar, o sangue que correu aqui nessas terras, a vida que eles levaram do nosso irmão está doendo, não vai sarar, ficou para sempre no nosso coração, não há justiça que tire essa dor, tá sangrando por dentro. A justiça não vê o nosso lado, pensa que somos animais, nós temos direito a terra, tá comprovada que é nossa e vamos continuar lutando por ela (Vilas Bôas, 2013, n.p.).

Outro relato de violência foi dado pelo irmão de uma acadêmica da LEDUCAMPO, o qual informou que, em maio de 2013, foi atingido no ombro por um projétil da bala que ficou alojado na sua coluna, deixando-o sem os movimentos das pernas, necessitando do uso de

cadeira de rodas para seu deslocamento. Até o momento, nem o estado de MS nem o Governo Federal pagaram a indenização ao indígena. Uma reportagem do site g1 comprova o relato: “[...] o Terena foi baleado cinco dias após o índio da mesma etnia, Oziel Gabriel, morrer também alvejado por tiro, durante conflito com a polícia na Fazenda Buriti” (Arruda, 2013, n.p.).

Percebe-se com esses relatos que a visita a campo do TC tem como finalidade a formação intencional de professores do campo, pois implica reflexões críticas sobre o que e como devemos abordar, e a serviço de quem estamos aprendendo. Cabe aos futuros docentes desenvolverem ações educacionais pautadas em metodologias vinculadas ao mundo vivido dos sujeitos que fazem sua própria história.

As visitas de TC são importantes para a autonomia intelectual dos acadêmicos, possibilitando a articulação entre a teoria e a prática, e propiciando uma abordagem dos conhecimentos enraizada nos valores culturais, organizativos, políticos, pedagógicos e sociais dos indígenas.

3 Socialização e problematização da realidade com acadêmicos e professores

A socialização e a problematização dos conhecimentos adquiridos por meio da visita realizada na Aldeia Buriti são um instrumento da pedagogia da alternância, de expressiva importância para a formação dos futuros professores do campo. Essa dinâmica possibilita vivenciar, junto com a comunidade, os fatos reais que interferem na produção da vida material e, conseqüentemente, no planejamento educacional.

Essa socialização ocorreu na própria Aldeia, na referida visita, por meio de uma roda de debates em que acadêmicos e professores tiveram a oportunidade de expor qual foi sua aprendizagem e como a visita contribui para a sua formação.

A função da LEDUCAMPO é proporcionar o diálogo entre a universidade e a comunidade indígena, com o intuito de refletir sobre as experiências vivenciadas, estabelecendo relações com os diversos componentes curriculares, e ainda de realizar articulações entre a ciência e a prática, elaborando estratégias pedagógicas para difundir o conhecimento. Cabe considerar também que a prática da visita de estudo fomenta o espírito de pesquisador e proporciona a conscientização de pertencimento da classe trabalhadora.

De acordo com as considerações de Benísio:

[...] a Viagem de Estudo, demonstram um resultado imediato, acontecendo em um espaço geográfico mais próximo e de acordo com o tema de estudo e o roteiro da visita comparado ao da Viagem de Estudo é mais específico; já que na Viagem o educando não é direcionado a um local e sim a uma região ou vários locais dentro do trajeto e, de acordo com o tema gerador estudado, procura contemplar o conjunto de temas de estudo da série/ano, no sentido de reorganizar os conhecimentos adquiridos no ano letivo, comparar com as concepções atuais e fazer projeções (Benísio, 2018, p. 35).

Como já foi dito, os acadêmicos expressaram oralmente suas vivências, ficando evidente nesses depoimentos que o instrumento pedagógico planejado nessa visita enriqueceu sua formação acadêmica, pois pôde dinamizar o ato de aprender e compreender a realidade, ampliando a percepção de mundo e a vulnerabilidade a qual os povos indígenas são submetidos pela lógica do capital.

A intervenção externa, nesse caso proporcionada pelos relatos das pessoas da comunidade, possibilitou discussões reflexivas, propiciando o aprofundamento da teoria que é socializada nas aulas da LEDUCAMPO. Percebemos nesses relatos que os acadêmicos compreenderam as tensões e transformações históricas que o povo Terena sofre para manter seus saberes culturais.

Outro relato diz respeito à aproximação da escola com a família dos educandos. Essa prática possibilita o processo de ensino-aprendizagem acontecer com a participação da comunidade escolar, visando compartilhar as vivências e as experiências tanto dos estudantes quanto da comunidade escolar. Aproximar a família da escola proporciona a formação integral dos estudantes, o que resulta em uma formação de caráter coletivo, pois o professor se apropria de conhecimentos sociais fundamentais para o fazer pedagógico em qualquer área de conhecimento.

Ficou evidente nos relatos que os acadêmicos compreenderam que a função social da escola vai além da formação para o mercado de trabalho, objetivo expresso na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 – LDB (Brasil, 1996). O ensino formal deve dialogar no sentido de como os processos sociais vividos pelos indígenas podem apoiar sua luta pelo território a fim de contribuir para acabar com o processo de alienação orquestrado pelo modo de produção capitalista.

Percebemos no diálogo com os acadêmicos o entendimento de que, para os apologistas burgueses, o Estado é a instância responsável por mediar de forma imparcial os conflitos entre as classes, porém, levando em consideração a tese marxiana, o Estado é o órgão responsável pela dominação e pela opressão de uma classe sobre a outra, cuja função se manifesta como a ordem que legaliza e garante tal opressão de forma que a classe que domina a sociedade economicamente é a classe que domina o Estado (Marx; Engels, 1998).

Na atual fase do modo de produção capitalista, a burguesia, detentora dos meios de produção, apropria-se do Estado a fim de defender seus interesses econômicos. Em contrapartida, os administradores estatais assumem a função de impulsionar a economia para consolidar a expansão do capital, que, por sua vez, favorece os interesses privados em detrimento dos interesses coletivos (Saviani, 2007).

Evidentemente, o Estado é o controlador do processo educativo, porém esse controle não é hegemônico, já que tanto a sociedade quanto a escola burguesa são contraditórias. É por meio dessa categoria que as lutas de classes e seus interesses intervêm nessa lógica. Dessa forma, o professor, consciente da sua condição de intelectual revolucionário, pode desenvolver uma educação com o propósito de informar aos filhos dos trabalhadores do campo que os homens somente serão livres se houver outra base material que lhes dê acesso aos bens materiais e espirituais que satisfaçam nossas necessidades humanas.

4 Considerações Finais

A formação de professores do campo por meio da pedagogia da alternância instrumentalizada pelas visitas a campo na Aldeia Buriti possibilitou a compreensão dos acadêmicos da LEDUCAMPO acerca da necessidade de ações que inter-relacionam a escola, os alunos e a comunidade.

A prática de aproximar-se da realidade e do patrimônio cultural indígena se configura como um processo pedagógico comprometido com a construção de uma sociedade em que o ser humano e suas necessidades devem ser o foco da Educação do Campo.

A consolidação científica difundida na universidade aliada ao conhecimento da realidade social de um determinado povo contribui para ampliar a reflexão das tensões e das contradições presentes na comunidade escolar. Essa dinâmica pedagógica possibilita que os acadêmicos não se tornem professores submissos às imposições da lógica capitalista, mas, ao

contrário, exerçam a docência na perspectiva de formar os espíritos, visando à emancipação que defenda os interesses de sua comunidade, respeitando sua singularidade, sua cultura e a luta pela ampliação e manutenção da Educação do Campo.

O materialismo histórico-dialético, considerado o referencial teórico da Educação do Campo,

[...] nos leva à compreensão do processo de expropriação da terra e dos meios de subsistência do trabalhador, bem como sobre o papel da educação enquanto aparelho ideológico de Estado que, cotidianamente, contribui tanto para o processo de expropriação e exploração do trabalho humano pelo capital, como para a luta contra o processo de alienação, próprio do capitalismo (Neto; Basso, 2011, p. 37).

Desse modo, é necessário que os acadêmicos compreendam que suas dificuldades materiais se originam a partir da instauração do modo de produção capitalista, que expulsou os indígenas de seus territórios e os coagiu para migrar para centros urbanos sob a pena de tortura e escravidão (Marx, 1996, p. 339-340).

Analisar o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, a hegemonia burguesa contribui para a reflexão coletiva da importância da luta indígena em direção da unificação de lutas sociais. Conforme afirmam Marx e Engels (1998, p. 51): “[...] trabalhadores do mundo, uni-vos, vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões”.

Referências

AMADO, L. H. E. **Vukápanavo** – O Despertar do Povo Terena para os seus Direitos: Movimento indígena e confronto político. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ARRUDA, F. Índio baleado em fazenda de MS retorna após 52 dias internado no DF. **G1**, Mato Grosso do Sul, 7 ago. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/08/indio-baleado-em-fazenda-de-ms-retorna-apos-52-dias-internado-no-df.html>. Revista Fórum. Acesso em: 15 ago. 2024.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Maná**, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCXScWRZt9hGH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BENÍSIO, J. D. (org.). **Mediações didáticas da pedagogia da alternância**. Piúma-ES: MEPES, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-75, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2024.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. C. A. (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1991. (p. 69-90).

MAFRA, J. F.; CAMACHO, C. M. P. Paulo Freire e o materialismo histórico: um estudo de “extensão ou comunicação?”. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 118-136, 2017. DOI: 10.22196/rp.v19i41.3800. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3800>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política, livro I, tomo II. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339-394. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo. 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MOLINA, M.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, 2011. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3072>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST e a Educação**. 2002. Disponível em: <http://www.mst.org.br/setores/educacao/educar.html>. Acesso em: 10 julho 2018.

NETO, L. B.; BASSO J. D. Marxismo, campo e educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 36-45, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9451/6883>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 18 jan. 2024.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências da Natureza e Matemática**. Feira de Santana/BA, 2013. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cetens/documentos/category/17-licenciatura-em-educacao-no-campo?download=10:ppc-ledoc>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VILAS BÔAS, K. Índios Terena relatam terrorismo em conflito da Terra Indígena Buriti (MS). **Revista Fórum**, Campo Grande/MS, 3 jun. 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/a-outra-face-da-historia-indigenas-relatam-o-terrorismo-que-estao-vivendo-no-conflito-da-fazenda-buriti-em-sidrolandia-ms/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ZURUTUZA A. Juiz nega indenização à família de indígena morto em desocupação. **Campo Grande News**, Campo Grande/MS, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/juiz-nega-indenizacao-a-familia-de-indigena-morto-em-desocupacao>. Acesso em: 5 jul. 2024.

Enviado em: 24/10/2024

Revisado em: 01/04/2025

Aprovado em: 03/04/2025